

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Patrus Ananias - PT/MG)

Solicita informações ao Exmo. **Sr Ricardo Vélez Rodríguez, Ministro de Estado da Educação**, referente à assinatura de protocolo de intenções com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, seja solicitado informações ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, referente à assinatura de protocolo de intenções com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 14 de fevereiro, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação divulgou nota referente à assinatura de acordo de cooperação entre o MEC e o Ministério da Justiça e Segurança Pública conforme texto abaixo:

Vélez Rodríguez e Sérgio Moro assinam acordo para investigar indícios de corrupção no MEC

Uma investigação feita pela nova gestão do MEC pode dar início à *Lava Jato da Educação*. A afirmação foi feita nesta quinta-feira, 14, pelo ministro, professor Ricardo Vélez Rodríguez, em reunião de assinatura do protocolo de intenções que tem como objetivo apurar indícios de corrupção, desvios e outros tipos de atos lesivos à administração pública no âmbito do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores. O acordo é o marco inicial para uma ampla investigação interministerial.

Dos vários casos apurados até agora, foram apresentados exemplos emblemáticos, como favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), envolvendo o sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino a distância e irregularidades em universidades federais. A audiência deu transparência ao funcionamento e atos do MEC, seguindo as orientações do presidente Jair Bolsonaro para todos os ministérios e instituições federais.

O documento foi assinado pelos ministros da Educação; da Justiça, Sérgio Moro; da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, e pelo Advogado-Geral da União, André Mendonça. Também participou da reunião o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, que será peça fundamental na apuração dos fatos.

A investigação é uma das principais metas em desenvolvimento pelo ministério dentro do plano de ações dos 100 primeiros dias. A partir de agora, o MEC encaminhará os documentos necessários para que Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia-Geral da União (AGU) e Controladoria-Geral da União (CGU) possam aprofundar as investigações, instaurar inquéritos e propor as medidas judiciais cabíveis.

O ministro da Justiça, o advogado-geral da União, o ministro da Controladoria-Geral da União e o diretor-geral da Polícia Federal elogiaram a iniciativa do ministro da Educação e se colocaram à disposição para apurar todos os casos apresentados. De acordo com Vélez Rodríguez, o intuito é ser totalmente transparente para a sociedade. “Queremos apurar todos os desvios praticados por pessoas que usaram o MEC e as suas autarquias como instrumentos para desvios.”

Diante dessas colocações, solicito as seguintes informações:

1. Cópia do protocolo firmando entre este Ministério e o Ministério da Justiça e Segurança Pública;
2. Cópia dos relatórios que embasaram a assinatura do referido protocolo;
3. Qual o período da apuração dos fatos narrados na nota do MEC?
4. Existiam procedimentos abertos no MEC para investigar estas denúncias? Se sim, quais? Em que período foram realizados esses procedimentos?
5. Quais foram as inspeções, realizadas pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União nos últimos 5 anos no MEC?
6. Cópia das inspeções realizadas no MEC nos últimos 5 anos.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2019.

PATRUS ANANIAS
Deputado Federal